

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	21

CAPÍTULO 1

PODERES EXECUTÓRIOS DO JUIZ: FUNDAMENTOS.....	25
1.1. Proposta de trabalho.....	25
1.2. Função jurisdicional e Poder Judiciário na ótica dos poderes-deveres do juiz.....	27
1.3. Processo e poderes-deveres do juiz	46
1.3.1. Relação jurídica e posições jurídicas subjetivas	51
1.3.2. Relação jurídica processual, posições jurídicas subjetivas e relação jurídica de direito material	63
1.3.3. Contraditório e posições jurídicas subjetivas.....	70
1.3.3.1. Ainda sobre o contraditório e posições jurídicas subjetivas: dever de motivação.....	86
1.3.4. Procedimento e posições jurídicas subjetivas	87
1.3.5. Técnica processual, modelo constitucional, posições jurídicas subjetivas e princípio dispositivo.....	103

CAPÍTULO 2

ESPÉCIES NORMATIVAS E CONFORMAÇÃO DOS PODERES EXECUTÓRIOS DO JUIZ: PRINCÍPIOS, REGRAS E POSTULADOS NORMATIVOS APLICATIVOS	120
---	-----

2.1. Proposta de trabalho	120
2.2. Judicialização da vida e ativismo judicial.....	121
2.3. Da constitucionalização do direito.....	124
2.4. Texto, norma jurídica e interpretação.....	131
2.5. Princípios, regras e postulados normativos aplicativos	138
2.5.1. Modo de atuação dos princípios	159
2.5.2. Modo de atuação das regras.....	164
2.5.3. Explicitação dos postulados normativos aplicativos.....	170
2.5.3.1. Ponderação.....	171
2.5.3.2. Concordância prática.....	177
2.5.3.3. Proibição de excesso	179
2.5.3.4. Da igualdade	182
2.5.3.4.1. Dos elementos estruturais da igualdade....	184
2.5.3.4.2. As dimensões da igualdade.....	188
2.5.3.4.3. Outros aspectos para a compreensão da igualdade no processo civil.....	190
2.5.3.5. Da razoabilidade	194
2.5.3.6. Da proporcionalidade.....	198
2.5.3.6.1. Da natureza normativa e fundamento da proporcionalidade	199
2.5.3.6.2. Da estrutura do postulado da proporcio- nalidade	205
2.5.3.6.3. A outra face do postulado da proporcio- nalidade: proibição da proteção deficiente ou desproporção por proteção deficiente ..	207
2.5.3.6.4. Da definição e individualização do pos- tulado da proporcionalidade	212

CAPÍTULO 3

PODERES EXECUTÓRIOS DO JUIZ: CLASSIFICAÇÃO	216
3.1. Classificação: considerações gerais	216
3.2. Parâmetros para a classificação dos poderes-deveres executórios do Juiz	218
3.3. Primeiro critério classificatório: dos meios executivos aos poderes- deveres executórios	227

3.3.1. Poderes-deveres coercitivos.....	230
3.3.1.1. Poderes-deveres coercitivos e a Constituição brasileira..	234
3.3.2. Poderes-deveres sub-rogatórios.....	242
3.3.2.1. Poderes-deveres de desapossamento.....	242
3.3.2.2. Poderes-deveres de transformação.....	244
3.3.2.3. Poderes-deveres de expropriação.....	244
3.3.3. Constatação a partir do primeiro critério classificatório: tutela jurisdicional e modificação da realidade.....	245
3.4. Segundo critério classificatório: outra característica dos meios executivos – poderes-deveres executórios típicos e atípicos.....	250
3.4.1. Poderes-deveres executórios atípicos e procedimento.....	256
3.5. Terceiro critério classificatório: os destinatários dos poderes-deveres executórios.....	258
3.6. Poderes-deveres executórios, contraditório e motivação.....	258
3.7. Poderes-deveres executórios e tutela antecipada.....	261
3.8. A aplicação dos critérios classificatórios.....	262
3.8.1. Ainda sobre a aplicação da classificação: premissas de trabalho..	263

CAPÍTULO 4

PODERES EXECUTÓRIOS DO JUIZ NA ATIVIDADE EXECUTIVA DECORRENTE DE OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA.....	267
4.1. Considerações gerais.....	267
4.2. Poder-dever de desapossamento e atividade executiva decorrente de obrigação de entrega de coisa.....	269
4.2.1. Do poder-dever do depósito.....	269
4.2.2. Dos poderes-deveres de busca e apreensão, imissão na posse e entrega de coisa.....	274
4.3. Do poder-dever coercitivo, típico e atípico, para a obtenção de entrega da coisa.....	279
4.3.1. Do poder-dever coercitivo típico.....	279
4.3.2. Do poder-dever coercitivo atípico.....	284
4.3.2.1. Busca da aceitação de poderes-deveres coercitivos mediante a restrição de outros direitos que não o de liberdade pessoal: direitos de liberdade.....	285

4.3.2.2. Busca de critérios para a aplicação de poderes-deveres coercitivos: ainda os direitos de liberdade.....	291
4.3.2.2.1. Busca de critérios: o Poder Judiciário e as medidas coercitivas infligidas pela Administração Tributária	292
4.3.2.3. Organização e aplicação dos critérios.....	300
4.4. Do poder-dever de sub-rogação por transformação como apoio ao poder-dever de entrega de coisa	307
4.4.1. Os parâmetros da intervenção.....	311
4.5. Do poder-dever de sub-rogação por expropriação como apoio ao poder-dever de entrega de coisa	313
4.6. Dos poderes-deveres executórios para a entrega de coisa e a Fazenda Pública.....	314

CAPÍTULO 5

PODERES EXECUTÓRIOS DO JUIZ NA ATIVIDADE EXECUTIVA DECORRENTE DE OBRIGAÇÕES E DEVERES DE FAZER E NÃO FAZER	321
5.1. Considerações gerais	321
5.2. Das obrigações ou deveres de fazer fungíveis	323
5.2.1. Do poder-dever coercitivo típico e atípico.....	323
5.2.2. Do poder-dever de transformação para a obtenção do fazer ou do resultado prático equivalente.....	324
5.2.2.1. Ainda o poder-dever de transformação para a obtenção do fazer fungível ou do resultado prático equivalente: realização do ato por terceiro.....	326
5.2.2.2. Do poder-dever de sub-rogação por expropriação como apoio à obtenção do fazer fungível ou do resultado prático equivalente.....	329
5.3. Das obrigações ou deveres de fazer infungíveis: poderes-deveres coercitivos	330
5.4. Das obrigações ou deveres de não fazer.....	339
5.5. Fazenda Pública, poderes executórios e obrigações ou deveres de fazer e não fazer	339

CAPÍTULO 6

PODERES EXECUTÓRIOS DO JUIZ NA ATIVIDADE EXECUTIVA DECORRENTE DE OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO DE SOMA EM DINHEIRO.....	341
6.1. Considerações gerais	341
6.2. Dos poderes-deveres coercitivos.....	343
6.2.1. Da multa prevista no art. 475-J.....	343
6.2.1.1. Da natureza da multa prevista no art. 475-J.....	344
6.2.1.2. Do termo inicial do prazo de 15 dias, previsto no art. 475-J, destinado ao cumprimento espontâneo.....	351
6.2.1.3. Poder-dever coercitivo previsto no art. 475-J e execução provisória	361
6.2.1.4. Poder-dever coercitivo previsto no art. 475-J e vinculação do juiz	366
6.2.2. Dos poderes-deveres coercitivos atípicos	367
6.3. Dos poderes-deveres sub-rogatórios por expropriação	378
6.3.1. Dos poderes-deveres de penhora	378
6.3.1.1. Dos poderes-deveres de penhora e limitação da responsabilidade patrimonial: impenhorabilidades.....	379
6.3.1.2. Do exercício dos poderes-deveres de penhora: ordem de preferência.....	389
6.3.1.3. Dos poderes-deveres de penhora e dever de colaboração	397
6.3.2. Dos poderes-deveres do depósito.....	397
6.3.3. Dos poderes-deveres expropriatórios	398
6.3.3.1. Do poder-dever de adjudicação.....	398
6.3.3.2. Do poder-dever de alienação.....	400
6.3.3.2.1. Do poder-dever de alienação por meio de iniciativa particular	400
6.3.3.2.2. Do poder-dever de alienação por meio de hasta pública	403
6.3.3.3. Do poder-dever de usufruto.....	406
6.4. Poderes-deveres executórios e obrigações alimentares.....	408

6.4.1. Poderes-deveres executórios na execução de alimentos fundada no art. 732 do Código de Processo Civil.....	408
6.4.2. Poderes-deveres executórios na execução de alimentos fundada no art. 733 do Código de Processo Civil.....	409
6.4.3. Poderes-deveres executórios na execução de alimentos fundada no art. 734 do Código de Processo Civil.....	411

CAPÍTULO 7

OS DESTINATÁRIOS DOS PODERES-DEVERES EXECUTÓRIOS.....	412
7.1. Considerações gerais	412
7.2. Posição subjetiva nascida da relação jurídica integrante do processo e posição subjetiva advinda exclusivamente do exercício da função estatal	413
7.3. Poderes-deveres coercitivos e terceiros	415
7.4. Poderes-deveres sub-rogatórios e terceiros	416
CONCLUSÕES	421
REFERÊNCIAS.....	457